

Em contagem decrescente

Conferências em Lisboa e Porto sobre o novo regulamento geral de proteção de dados



Filipa Magalhães e Gameiro Marques prenderam a atenção da assistência

O balanço das primeiras conferências organizadas, a 5 e 6 de abril, pelo novo Conselho Diretivo da Ordem não podia ser mais positivo. O tema, o novo Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) era, no mínimo, arrojado, mas a adesão e participação dos contabilistas certificados, em Lisboa e Porto, foi expressiva. Os dois auditórios estiveram praticamente cheios e o período que o programa contemplava para perguntas e respostas foi largamente ultrapassado.

No ato de credenciação, os contabilistas certificados receberam um tríptico com 11 perguntas-frequentes sobre o novo quadro legal europeu, que entra em vigor no próximo dia 25 de maio. Uma

espécie de «aperitivo» para a formação eventual que em meados de abril iria decorrer a nível nacional.

Respeitar o valor do trabalho

A bastonária, Paula Franco, a primeira a usar da palavra, contextualizou a oportunidade destes dois eventos: «Estas matérias, não sendo propriamente de índole fiscal, têm implicações nas nossas vidas e vamos precisar de nos preparar para os desafios que o novo normativo coloca». Precisamente no dia em que se cumpria um mês sobre a tomada de posse dos órgãos sociais da Ordem para o quadriénio 2018-2021, reiterou o compromisso de «devolver qualidade de vida aos contabilistas certificados» e tudo fazer para que «se respeite o valor

ao trabalho dos profissionais». Como a anfitriã das conferências antecipou na sessão de abertura, as perguntas e os pedidos de esclarecimento foram em grande número, evidenciando as preocupações dos profissionais sobre este tema. Paula Franco prometeu um acompanhamento, em permanência, até dia 25 de maio, nomeadamente com a criação, no sítio da Ordem, de uma área exclusivamente dedicada a esta matéria.

Evitar perturbações e penalizações

Jorge Marques dos Santos antecipou o que já se intuía: o novo RGPD será um teste à capacidade das empresas, no domínio da gestão e acesso aos dados. O presidente do IAPMEI (Agência para a Competitividade e Inovação) acres-

centou que este normativo «coloca o ónus da responsabilidade e proteção de dados nas organizações públicas e privadas, adicionando obrigações com impacto considerável nas suas operações.» O responsável defendeu que é preciso desenvolver um «esforço de sensibilização das empresas», com especial enfoque na recolha, manutenção e gestão das suas bases de dados. Só deste modo, disse, «será possível a coexistência saudável dos processos com a privacidade dos dados dos cidadãos.» Marques dos Santos recordou que o IAPMEI tem desenvolvido diversas ações, entre as quais se incluem seminários e inquéritos, visando um plano eficaz para que as empresas evitem perturbações e penalizações na gestão dos seus negócios e na relação com os *stakeholders*. No estudo de opinião que a entidade efetuou em 2017, os dados recolhidos não eram propriamente animadores: apenas cinco por cento das empresas conheciam por dentro o novo regulamento.

«As empresas precisam do vosso conhecimento»

Mas mais do que as eventuais sanções para os incumpridores, a perda reputa-

cional face ao exterior é, na opinião do dirigente do IAPMEI, um dos aspetos que importa não negligenciar. O tempo urge mas, na perspectiva do empresário, ainda é possível, de acordo com o diagnóstico efetuado, proceder à implementação de soluções, em tempo útil. Dirigindo-se a uma plateia repleta de contabilistas certificados, o dirigente referiu que o contributo destes profissionais é muito relevante, esclarecendo que «quem tem este trabalho não pode ter hesitações nestas matérias. As empresas vão precisar do vosso apoio e conhecimento», rematou.

Uma nova atitude

Inicialmente previsto como moderador do painel sobre o «Enquadramento do regulamento de proteção de dados», Gameiro Marques virou orador, imprimindo muita dinâmica e trazendo casos práticos, o que prendeu a assistência.

O diretor do Gabinete Nacional de Segurança (GNS) da Autoridade Nacional de Segurança (ANS) começou por explicar à assistência o que é que um militar de carreira, oficial de marinha desde 1976, tinha a ver com o assunto. A resposta veio célere: foram muitos os anos de carreira dedicados às tec-

nologias da informação, bem como à gestão dos sistemas de informação e ao ciberespaço. Um invejável cartão de visita, de saber de experiência feito, que antecipou o que se seguiria. «O regulamento é denso, mas para um não jurista é muito mais difícil», disse. Sobre como enfrentar este normativo, o contra-almirante deixou algumas estratégias de combate: «É um assunto que para ser bem agarrado pelas organizações tem de o ser feito a nível da alta direção dessas organizações. Se os vossos diretores não se preocuparem, usem a vossa persuasão para os convencer a tomarem atenção. O problema não é só as coimas, a reputação também sai beliscada», declarou. Mas sobre as penalizações pecuniárias deixou um esclarecimento: «No ecossistema de segurança das organizações a direção está no topo da responsabilidade perante o titular dos dados. Serão esses dirigentes a ser onerados em termos das multas», disse. Num mundo cada vez mais digitalizado e com as ameaças a multiplicarem-se, como é que as organizações se podem proteger? Para começar, Gameiro Marques identificou os quatro «calcanhares de Aquiles» das organizações, a que chamou de «vulnerabilidades»: tecno-



Miguel Fernandes, Nuno Brás, Vítor Pinho, Mariana Araújo Barbosa, Marco Cerruti, João Ferreira Pinto e Catarina Pontes

lógicas, de instalações, de organizações e de...pessoas – porventura, o aspeto mais exposto do sistema. A radiografia que fez do tecido empresarial não é rissonha: «Há organizações que não têm nem processos, nem sistema, nem políticas para acatar e acautelar os aspetos de segurança em geral, muito menos os aspetos relacionados com dados pessoais. Por isso, não é de estranhar haver quem explore essas vulnerabilidades. E muitas vezes o inimigo está dentro das empresas», alertou. Para o contra-almirante este processo não será vencido se as pessoas não mudarem a sua atitude e exortou os presentes a «tomarem consciência do novo RGPD como um assunto de natureza transversal às organizações, procurando captar o foco dos dirigentes máximos das empresas.»

Cultura interna de proteção de dados

Filipa Magalhães deixou bons e não menos pertinentes conselhos sobre um tema que «há muito me apaixonou.» A advogada, autora do manual da formação eventual da OCC sobre o novo RGPD, defendeu «que a cultura de proteção de dados em vigor é insuficiente, não tendo acompanhado a evolução que ocorreu no mundo.» Sobre o normativo que entrará em vigor a 25 maio mostrou-se convicta que «deve envolver todos», e não apenas juristas e informáticos das organizações.

A advogada reforçou o múltiplo alcance do regulamento: «Não se trata apenas de segurança informática, apresenta uma componente processual fortíssima e a sensibilização para uma cultura interna de proteção de dados». Filipa Magalhães desdramatizou o sentimento de «pânico e alarme» que se tem criado e deixou argumentos para o apelo à «calma e à serenidade: o discurso político andou a assustar com as coimas e, afinal, estas vão ficar abaixo do que

se previa», disse. Pese embora o otimismo, deixou advertências: «Conheço várias entidades, nomeadamente públicas, que têm muitos dados pessoais em suporte físico. É preciso rever a sua localização.» E ficaram alguns avisos à navegação: «Também me preocupa o poder que este regulamento confere ao titular dos dados – os novos direitos e o poder de direito de indemnização pelos danos patrimoniais e não patrimoniais que a violação do regulamento possa causar ao titular dos dados», acrescentou.

Depois de 25 de maio não haverá um maravilhoso mundo novo de cumprimento, isento de violações de dados, assegura a advogada e professora da Universidade de Aveiro. «Ninguém conseguirá evitar a ação dos *hackers*, incêndios em arquivos físicos, etc. O objetivo do normativo é introduzir uma cultura para evitar a violação de dados.»

O polémico DPO

Depois das exposições, tempo para o debate. Em Lisboa moderado por Mariana Araújo Barbosa, editora de empresas do jornal digital ECO e no Porto o jornalista convidado foi Paulo Ferreira, do Jornal de Notícias.

Vitor Pinho, administrador e fundador da Cloudware S.A., empresa parceira da OCC no desenvolvimento do TO-Online, tem na plataforma colaborativa «52 mil empresas ativas no sistema» e lembrou que sempre que há legislação nova, há que adaptar o sistema às novidades. Pinho estimou ainda que 80 por cento das fugas internas de informação têm origem no interior das próprias organizações.

Marco Cerruti, *Service Account Manager* na Microsoft, afirmou que este regulamento é um desafio que se coloca aos contabilistas certificados. Num registo bem disposto, Cerruti ousou perguntar à plateia se algum contabilista «tinha

no escritório um excel com as *passwords* dos clientes de acesso ao Portal das Finanças.»

O consultor de tecnologias de informação e qualidade, Nuno Brás, em representação da EIC, falou sobre a sua área de especialização, a certificação em proteção de dados.

Miguel Dias Fernandes, *partner de advisory* na unidade de negócio de *management consulting* da PwC, disse que o «25 de maio não é uma meta, é sim o início de uma nova forma de trabalhar.» O que chamou um «desafio de *mindset*», em que deverá emergir um novo olhar sobre os dados à disposição no espetro das empresas.

Jorge Barros Mendes, advogado, antecipou que os causídicos serão chamados a dirimir «batalhas jurídicas», nomeadamente após as contra-ordenações impostas pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), mas rejeitou que se possam praticar coimas de 20 milhões de euros.

Por seu turno, a advogada Catarina Pontes debruçou-se sobre o Encarregado de Proteção de Dados (DPO), uma figura que está a causar celeuma, dentro e fora da organização. «Poderá ser alguém da própria instituição, desde que seja imparcial e guarde sigilo. Trata-se de uma oportunidade para as organizações formarem os seus colaboradores», avançou.

O também advogado João Ferreira Pinto definiu a entrada em vigor do novo RGPD como «uma grande mudança de filosofia», sendo estes debates importantes para «despertar consciências». Para finalizar Ferreira Pinto, disse que «o RGPD não é um elefante, não é um unicórnio, é mais uma peça de um puzzle na vasta área da cibersegurança». ❧



Videos e fotos disponíveis no Canal OCC e no Flickr



Paula Franco



Filipa Magalhães



Jorge Marques dos Santos



Plateia mostrou-se muito participativa



Gameiro Marques



Contabilistas esclareceram dúvidas



Vitor Pinho, Marco Cerruti, Nuno Brás, Paulo Ferreira, Miguel Fernandes e Jorge Barros Mendes